

O TRABALHO COM AS PALAVRAS: ESPAÇOS DE ESCUTA DE RENORMALIZAÇÕES

Fátima Cristina da Costa Pessoa

1. Introdução

O principal propósito deste artigo é refletir sobre a ideia de que o exercício enunciativo realizado em contextos de trabalho onde a palavra é a materialidade produzida pela atividade laboral pode ser também considerado um espaço de observação do trabalho e de escuta do trabalhador em relação às renormalizações intrínsecas à realização do trabalho, assim como são consideradas as práticas de linguagem sobre as situações de trabalho. A defesa dessa ideia assenta-se no reconhecimento de que a garantia da tomada da palavra nos contextos institucionais implica a adesão dos enunciadores a uma ordem política constitutiva das identidades e das relações sociais e de que as possibilidades de produção de sentidos nesses contextos são determinadas por essa ordem. Sendo assim, ao investigar os fenômenos de linguagem em contextos de trabalho, o pesquisador precisa compreender o contexto de ação institucional em que os sujeitos se inserem no tempo e no espaço da enunciação e, ao mesmo tempo, passa a reconhecer que, para a compreensão dos fenômenos laborais, é necessário também considerar o exercício enunciativo, cuja observação orienta o reconhecimento dos investimentos situados do trabalhador em confrontação com essa ordem antecedente.

A eleição dessa perspectiva se institui com base nos postulados teóricos de Dominique Maingueneau (2008), para quem não é possível considerar uma relação de exterioridade e independência entre os planos da organização discursiva:

Esse projeto supõe que resistimos também à propensão de pensar a discursividade sob a forma de sucessão: não há, inicialmente, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, por fim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias.

Rejeita-se, assim, a ideia de que existiria um “ambiente” do discurso que lhe seria exterior. Na realidade, quer se trate de um ambiente enunciativo imediato (produção/consumo dos enunciados) ou de um ambiente institucional propriamente dito, não há nenhuma razão séria para pensar que as restrições semânticas em ação nos textos só funcionem no interior do fechamento visível da superfície discursiva. Os objetos semânticos que manipulamos nos sistemas de restrições não são reservados a priori exclusivamente às unidades da língua. (Maingueneau, 2008, p. 135-136, grifos do autor).

Para além de um quadro teórico-metodológico que dê suporte a uma reflexão sobre os fenômenos de linguagem em uma perspectiva enunciativo-discursiva, como os postulados de Maingueneau (2008) no escopo da Análise do Discurso, é necessário apoiar-se também em um quadro teórico-metodológico que dê suporte a uma reflexão sobre a atividade de trabalho tal como considerada pela abordagem ergológica proposta por Yves Schwartz (2010).

Em conformidade com os postulados da Ergologia, o trabalho é uma atividade humana que se define por sua dimensão simbólica e, em razão da natureza sócio-histórica do trabalho humano, a linguagem ocupa um lugar central nos processos de produção, organização, validação da atividade de trabalho, bem como nos processos de formação para a atividade de trabalho. Portanto, a constituição de um espaço de investigação que reúne considerações sobre a linguagem nos contextos de trabalho, ou seja, sobre o que os sujeitos dizem e sobre o que os sujeitos fazem ao dizer, está justificada pelo próprio caráter das duas atividades humanas que se realizam no confronto dialético que permanentemente instauram: dizer implica agir e agir implica dizer.

2. A tessitura interdisciplinar entre a Análise do Discurso e a Ergologia

O percurso de produção de conhecimentos acerca do exercício enunciativo nos contextos do trabalho é marcado pelas relações interdisciplinares. Segundo Pierre Trinquet (2012), a Ergologia entende as atividades de trabalho como atividade humana de adaptação dinâmica às circunstâncias materiais, técnicas, organizacionais, econômicas dos contextos do trabalho, assim como aos preceitos éticos, morais, culturais, ideológicos dos sujeitos do trabalho¹. De acordo com as considerações do autor, a atividade de trabalho é tomada como exterior e interior ao ser humano, atividade que o constitui, o mantém e o transforma². Diante de toda essa complexidade, a abordagem desses processos não se pode resumir a conceitos e métodos de uma única disciplina. Necessita, ao contrário, conjugar os saberes acadêmicos constituídos em diferentes espaços de pesquisa sobre o homem, ainda segundo Trinquet (2012), todos necessários, mas nenhum suficiente para dar respostas absolutas sobre o trabalho enquanto atividade humana³.

¹ “Avec cette découverte, il a bien fallu admettre que le travail, y compris le plus simple, n’était jamais une simple activité mécanique, parfaitement définie en amont de sa réalisation, comme on le croyait jusqu’alors, mais une activité humaine d’adaptation dynamique aux circonstances, toujours infidèles, rencontrées au moment de l’exécution. Lesquelles circonstances se déclinent sur le plan matériel, technique, organisationnel, économique, mais aussi: éthique, moral, culturel, idéologique, etc.; bref, tout ce qui caractérise un Être humain.” (Trinquet, 2012, p. 13).

² “Personnellement, je prétends que le travail est une mise en acte de la nature humaine qui englobe et restitue toute la complexité humaine (Trinquet, 2009, p. 156). Et nous savons tous combien la complexité humaine est vaste! Autrement dit, et si l’on nous suit dans cette vision des choses, son activité de travail est partie intégrante de l’être humain. Elle lui est extérieure et, en même temps, intérieure. Elle l’habite, le nourrit et le transforme.” (Trinquet, 2012, p. 12).

³ “Pour analyser une activité de travail, nous disposons des connaissances produites par les sciences académiques: ergonomie, psychologie, sociologie, médecine, linguistique, etc. Toutes sont nécessaires mais aucune n’est suffisante car l’activité humaine du travail est trop complexe, trop diverse pour être circonscrite par les connaissances produites par une seule de ces sciences classiques. Une mise en dialectique de ces diverses connaissances s’avère nécessaire. C’est ce à quoi s’emploie l’ergologie.” (Trinquet, 2012, p. 7).

Por sua vez, a abordagem enunciativo-discursiva dos fenômenos de linguagem também não se acomoda em um espaço estável e impermeável aos postulados das demais ciências humanas. Seu caráter é definido pelas relações. Assim, a Linguística, especificamente as disciplinas da interação, da enunciação e do discurso, e a Ergologia são domínios de conhecimento que convergem, porque se ocupam de atividades humanas complexas, dinâmicas e plásticas e porque entendem que a compreensão das atividades de trabalho e dos fenômenos de linguagem somente se pode dar considerando-se a (in)tensa relação entre as generalidades em torno desses fenômenos e os contextos singulares em que esses fenômenos são reatualizados, retificados ou ratificados.

As abordagens dos fenômenos de linguagem em situação de trabalho por meio da articulação entre a Análise do Discurso e a Ergologia, no âmbito das discussões propostas pelos pesquisadores do grupo de trabalho Linguagem, Enunciação e Trabalho e do grupo de pesquisa Atelier Linguagem e Trabalho, têm privilegiado as investigações em torno da tensão entre a prescrição e a realização do trabalho, as investigações em torno dos processos de renormalização, dos processos de formação do sujeito trabalhador, das representações do trabalho no espaço político-social e, igualmente, em torno do exercício enunciativo implicado na realização do trabalho, considerando-se o espaço de trabalho como um espaço de produção de textos, um espaço de constituição, manutenção e transformação de discursos e, conseqüentemente, um espaço de constituição discursiva de identidades e de relações sociais.

Para a defesa da ideia de que o trabalho com as palavras em contextos institucionais é revelador das renormalizações intrínsecas às práticas laborais, convém tecer considerações sobre o modo como se percebe o panorama geral das atividades de produção nos contextos de trabalho. De forma generalizada, entende-se que a produção das atividades de trabalho pode materializar-se em produtos fabricados em larga escala ou em regimes artesanais, em serviços prestados em espaços para os quais se deslocam os sujeitos trabalhadores ou os sujeitos consumidores desses serviços ou ainda em textos por meio dos quais os sujeitos do trabalho e os sujeitos para os quais o trabalho é direcionado agem. Um modo de trabalho que se realiza com as

palavras. Não se defende necessariamente a tese de que há situações de trabalho sem que ocorram as interpelações a outros sujeitos e sem que esses outros sujeitos assumam uma atitude responsiva, conforme os postulados de Mikhail Bakhtin (2003), em relação a seu interlocutor. Pretende-se tão somente definir um espaço de trabalho em que o exercício enunciativo seja ele mesmo aquilo que se produz e se coloca como produto a ser consumido. É o caso da produção de periódicos, nos espaços das instituições e organizações corporativas, destinados ao público interno e/ou externo. O produto elaborado pelas equipes de trabalho responsáveis pela produção desses periódicos se constitui de textos destinados a apresentar o ambiente institucional/organizacional de determinada maneira, a ajustar a conduta dos sujeitos que nesse espaço trabalham, a convencer o público consumidor da qualidade e da relevância dos produtos e serviços ofertados nesse espaço de trabalho, entre outras diversas ações que se efetivam no trabalho com as palavras. Encarar esses textos como produtos do trabalho implica reconhecer, na esteira de Maingueneau (2008), que os espaços institucionais onde os discursos são produzidos, consumidos e postos a circular não são neutros nem estáveis, tampouco mediadores transparentes que não interviriam na discursividade:

Essas reflexões sobre a relação entre semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à ideia segundo a qual ela seria um simples “suporte” para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são tomadas pela mesma dinâmica semântica pela qual a instituição é tomada. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui um esquema de tipo “infraestrutural”, sendo a instituição a causa e o discurso seu reflexo ilusório. A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização (Maingueneau, 2008, p. 128, grifos do autor).

Trata-se, então, de reconhecer que as formas de organização dos sujeitos nos espaços em que o trabalho com as palavras é realizado impõem também certas coerções aos modos de significar em palavras e/ou atos. Maingueneau (2008) denomina de vocação enunciativa as condições impostas por uma formação discursiva para que um sujeito possa enunciar desse ou daquele lugar, assumindo um determinado

posicionamento diante das questões sócio-históricas e ideológicas com as quais se confronta. Escrutinar os textos produzidos, postos em circulação e consumidos nos espaços de trabalho é, de uma certa forma, buscar reconhecer os contornos que definem tais vocações enunciativas e, conseqüentemente, reconhecer o tempo e o espaço constituídos pelos sujeitos do trabalho no confronto entre seus lugares de enunciação e suas experiências cotidianas.

Para a Análise do Discurso, a investigação das determinações sócio-históricas e ideológicas que incidem sobre as formas de dizer é a agenda que define seu perfil disciplinar. Situar-se nos domínios da Análise do Discurso é refletir sobre o acontecimento de um enunciado, singularidade que emerge de um espaço de relações estabelecidas com o já dito que se reatualiza sempre. A ordem sócio-histórica e ideológica dessas determinações se impõe às diversas dimensões da organização discursiva, conforme o modelo teórico postulado por Maingueneau (2008), inclusive nos limites da articulação contínua entre enunciado, enunciação e instituição, plano do funcionamento discursivo que o conceito de prática discursiva busca caracterizar. O contexto institucional que envolve o dizer, determinando-o e sendo por ele determinado, é parte integrante do conjunto de planos nos quais é marcada uma identidade discursivo-enunciativa. O reconhecimento dos sujeitos definidos por parâmetros identitários estabelecidos no interior de uma ordem institucional reforça o postulado de que a essa ordem não é transparente para a ordem discursiva. Entende-se que essa ordem institucional estabelece limites em relação aos espaços de movimentação dos sujeitos na ordem da (enunci)ação, às formas de dar-se a conhecer, às formas de apropriar-se dos já ditos e às formas de reatualizá-los.

Por essa razão, o quadro teórico-metodológico proposto por Maingueneau (2008) orienta os percursos analíticos da Análise do Discurso para o espaço das relações entre o funcionamento discursivo e as formas de organização e de ação nas instituições.

De fato, e esse é um ponto crucial, a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos. Não é o mesmo tipo de organizações que se desenham em um e em outro caso, nem se trata dos mesmos protagonistas. Proporemos a hipótese de que essa divergência pode, ela também, ser analisada

através do sistema de restrições e que, portanto, ela se conecta com o espaço discursivo (Maingueneau, 2008, p. 119, grifos do autor).

A Ergologia, por sua vez, ocupando-se dos modos de agir dos sujeitos nos espaços institucionais do trabalho, reconhece que os sentidos sobre esses diferentes modos de agir se constituem no confronto entre o que vem do exterior, na forma de saberes instituídos, e o que é reatualizado pela experiência pessoal e intransferível, na forma de saberes investidos. Trata-se do debate de normas que está na base dos processos de organização do trabalho em situações concretas, autênticas e singulares do fazer laborioso, de validação das atividades de trabalho no contexto em que os sujeitos do trabalho se inserem e de formação dos sujeitos para a realização do trabalho.

Penso que uma das bases do que nós podemos chamar de perspectiva ergológica (que finca suas raízes em um certo número de pesquisas, de práticas – afinal ela não nasceu do nada) é a constatação de que somos sempre apanhados pela retarguarda, no que tange à atividade humana. Ela está sempre, em um dado meio, em negociação de normas. Trata-se de normas anteriores à própria atividade: a atividade negocia essas normas em função daquilo que são as suas próprias. Qualquer que seja a situação, há sempre uma negociação que se instaura. E cada ser humano – e principalmente cada ser humano no trabalho – tenta mais ou menos (e sua tentativa nem sempre é bem sucedida) recompor, em parte, o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse o universo que o circunda. Ora, mais ou menos! Esta recomposição pode ser mínima ou mais significativa – e isso é algo muito positivo! (Schwartz, 2010, p. 31, grifos do autor).

Esse confronto, materializado nos comportamentos observáveis dos sujeitos do trabalho, só pode ser compreendido por meio do exercício enunciativo efetivado por esses sujeitos sobre seu lugar e sua ação no trabalho, conforme ainda afirma Schwartz (2010, p. 26, grifos do autor):

Se não se faz um esforço de ir ver de perto como cada um não apenas “se submete” – entre aspas – mas vive e tenta recriar sua situação de trabalho, se não se faz esse esforço, então interpreta-se, julga-se e diagnostica-se no lugar das próprias pessoas e isso não pode produzir resultados positivos.

Desse modo, no âmbito da Ergologia, a competência disciplinar do linguista integra a reflexão sobre as atividades de trabalho. Nesse contexto, o exercício enunciativo que se incita no trabalhador torna-se a complexa tarefa de recuperar e formalizar a ação prática cotidiana automatizada, constituindo esse saber investido em um saber instituído transformado e, é claro, sempre passível de transformação. Conforme Daniel Faïta (2010, p. 181), pode-se compreender que:

a linguagem é a única a autorizar a capitalização de nossas experiências práticas, ou seja, a acumulação, a conservação dos saberes que adquirimos por meio de uma prática. Só o recurso à linguagem permite isso. Desse ponto de vista, é graças à linguagem que o sujeito vai-se referir a si mesmo e abastecer sua memória. O sujeito, ao agir, graças ao suporte da linguagem, torna-se sujeito de sua própria ação, de sua própria experiência.

Como já apresentado, a proposta que se defende neste artigo é que o exercício enunciativo nos contextos de trabalho onde a palavra é a materialidade produzida pela atividade laboral configura-se como mais um espaço de observação do trabalho e de escuta do trabalhador, ao lado de práticas de linguagem onde o trabalhador verbaliza sobre suas atividades de trabalho. Entende-se que, por meio do exercício enunciativo em situação de trabalho, o trabalhador realiza o debate de normas implicado em sua atividade laboral e que, na materialidade da enunciação, é possível encontrar os traços que o revelam. Postula-se que, embora a garantia da tomada da palavra nos contextos institucionais das atividades de trabalho seja definida pela adesão dos enunciadores a uma ordem política constitutiva das identidades e das relações sociais, sendo as possibilidades de produção de sentidos nesses contextos determinadas por essa ordem, há sempre a possibilidade de confronto entre as determinações de uma ordem antecedente e os investimentos locais que apontam para uma certa movência do sujeito nessa ordem. Reconhecer esses traços e investigar os efeitos de sentido que geram na constituição das identidades do sujeito do trabalho e das relações sociais entre eles são ações que lançam luzes na compreensão dos processos laborais e discursivos na constituição dos sentidos do trabalho. Essa conjunção entre a investigação dos modos de fazer e dizer é o ponto de articulação entre

os diferentes saberes disciplinares em relação, que também implica transformações nos saberes instituídos e nos saberes investidos mobilizados pelos sujeitos do trabalho acadêmico.

3. O exercício enunciativo no contexto do trabalho: considerações sob as perspectivas discursiva e ergológica

Para defender a tese de que o exercício enunciativo pode ser revelador do debate de normas implicado na realização do trabalho e, portanto, revelador de um espaço de observação do trabalho e de escuta do trabalhador, constitui-se um espaço discursivo⁴ no qual se busca reconhecer em que medida a conjunção entre os domínios da Análise do Discurso e da Ergologia amplia a percepção de que os modos de dizer nos espaços do trabalho estão estreitamente relacionados às formas de agir, de maneira que seja possível postular entre essas dimensões, de acordo com Maingueneau (2008, p. 136), “*uma imbricação semântica irredutível entre aspectos textuais e não textuais*”.

Esse espaço discursivo definido para o reconhecimento das relações interdisciplinares em tela constitui uma cena enunciativa⁵ publicitária que destina, ao público a quem se dirige, informações atualizadas acerca do funcionamento da instituição que representa, promovendo, assim, uma imagem institucional positiva para seu

⁴ Maingueneau (2008) propõe os conceitos de universo, campo e espaço discursivos para se referir às múltiplas relações interdiscursivas implicadas nos processos de produção de sentidos e define por espaço discursivo “sub-conjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação.” (Maingueneau, 2008, p. 35). De acordo com Maingueneau (2008), o recorte de um espaço discursivo fundamenta-se no conhecimento prévio dos textos que o pesquisador se propõe a analisar e dos contextos históricos em que eles são produzidos e recebidos pelos interlocutores em potencial.

⁵ O conceito de cena de enunciação, em Maingueneau (1997), remete a uma intrincada relação entre a situação pressuposta e ao mesmo tempo validada pelo discurso para que seja possível instituir-se uma prática discursiva. Trata-se de reconhecer os dispositivos enunciativos por meio dos quais se define, na e pela enunciação, a cena legitimada para a prática discursiva. Nas palavras de Maingueneau, “o discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente” (Maingueneau, 2005, p. 75).

público de interesse. É no reconhecimento do contexto de uma cena englobante⁶ da ordem da ação publicitária que se deve iniciar a investigação dos indícios textuais que revelam as determinações na ordem do dizer e na ordem do fazer dos sujeitos atuantes nessa cena de enunciação: o que dizem e o que fazem os sujeitos do trabalho para garantir a valorização do papel social da instituição; como dizem e como agem os sujeitos do trabalho para alcançar esse propósito.

O texto selecionado para ilustrar esse percurso analítico compõe um periódico, veiculado em suporte impresso e digital, que divulga as ações de uma instituição pública de ensino superior, de pesquisa e de extensão e sua produção científica. Trata-se de um material midiático de periodicidade bimestral, composto em geral por 16 páginas, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Divulgação Científica da Assessoria de Comunicação Institucional, cujo objetivo é divulgar as ações de pesquisa e extensão, contribuindo para que os conhecimentos produzidos na instituição sejam difundidos aos públicos interno e externo. Em 2013, a publicação passou por uma transformação em seu *design* gráfico. O texto que serve à observação e análise para a defesa da tese defendida neste artigo é o editorial da edição 113, primeira edição do periódico após sua reformulação. O texto, reproduzido a seguir, justifica as mudanças na apresentação do periódico:

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades”. Os versos de Luís Vaz de Camões, escritos no século XVI, refletem o momento pelo qual o **Beira do Rio**, quatrocentos anos depois, atravessa. O jornal passa a adotar, a partir desta edição, novo design gráfico. Mais compacto, a fim de facilitar o manuseio, a ideia é aproveitar melhor os recursos ilustrativos e também os textos – estes, ainda que estejam reduzidos na plataforma impressa, serão disponibilizados na íntegra na página do **Beira do Rio** da internet. Desta forma, a integração com a web torna-se patente.*

A site do Beira do Rio também está de cara nova. Com chamadas animadas, objetiva-se apresentar o conteúdo de forma mais atraente para o público. As seções tradicionalmente

⁶ Para Maingueneau (2005), o conceito de cena de enunciação integra três outras cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

disponibilizadas no ciberespaço, tais como enquete, galeria de imagens e edições anteriores do jornal, serão mantidas.

Aliás, é importante frisar que as mudanças, no entanto, não implicam perda de qualidade. Pelo contrário. A cada edição, a equipe – formada de profissionais e estudantes de jornalismo e publicidade, fotógrafos, designer e revisores – esforça-se para divulgar para a sociedade, da melhor forma possível, a ciência produzida na academia com recursos públicos. Na verdade, entende-se que a divulgação científica garante o retorno à coletividade daquilo que ela própria é financiadora, uma vez que a arrecadação de impostos garante verbas para pesquisa e qualificação e mão de obra.

*A aposta está feita. Se representa a melhor opção de produzir um jornal científico-institucional, não se sabe, pois sempre há uma margem de tentativa e erro em toda e qualquer iniciativa. Críticas construtivas são bem-vindas, assim como colaborações. O **Beira do Rio** é produzido pela Assessoria de Comunicação Institucional, mas fala em nome de toda a comunidade acadêmica, composta por professores, técnico-administrativos, alunos e comunidade externa que utiliza os serviços ofertados pela Universidade Federal do Pará. É um jornal plural e feito a várias mãos. Portanto, compete, da mesma forma, à coletividade engajar-se para o desenvolvimento da Amazônia e da região Norte. (Universidade Federal do Pará, Ano XXVII, n° 113, jun./jul. 2013, p. 3).*

O editorial elege como tema exatamente o trabalho de produção da publicação institucional. Trata-se de um texto que referencia o trabalho em que estão envolvidos os sujeitos que a produzem e a colocam em circulação. O texto faz referência às mudanças adotadas no *design* gráfico da edição impressa e da edição digital, faz referência à composição da equipe de trabalho envolvida na produção do jornal, faz referência à função social que cumpre a publicação, bem como às razões que justificam as mudanças realizadas na sua produção e na sua divulgação. O texto também sinaliza que a equipe de trabalho está aberta ao diálogo com o público a quem se destina e finaliza essa apresentação com a referência à função social que cabe à instituição. A publicação cumpre, em consonância com a definição que se apresenta no texto, o papel de vitrine da instituição para o seu público externo e interno.

A imagem positiva que se pretende construir para a instituição de ensino, pesquisa e extensão, na produção do texto de apresentação da edição 113 valoriza a prática discursiva de divulgação da produção

científica, o que é exatamente a atividade de trabalho em que a equipe de produção e circulação do periódico se engaja. Por essa razão, o exercício enunciativo realizado nessa apresentação assume um estatuto ambíguo de configurar-se, ao mesmo tempo, como uma prática de linguagem em contextos de trabalho que se desdobra em uma prática de linguagem sobre o contexto de trabalho em que ela se realiza. As possibilidades de constituição dos sentidos do trabalho, nesta ação, estão sobredeterminadas, portanto, pelas coerções de uma ordem institucional que estabelece os limites possíveis para que o sujeito do trabalho se descreva explicitamente em sua enunciação. No texto assumido pela equipe responsável pela produção do jornal institucional a respeito do trabalho em que se acha envolvida, reconhece-se que a instituição de ensino, pesquisa e extensão está “a serviço” da coletividade que a financia para a produção do conhecimento e para a qualificação de mão de obra, por isso a necessidade de prestar-lhe contas dos resultados obtidos com tais investimentos. Essa forma de dizer a relação entre instituição e sociedade no contexto de divulgação e valorização das ações institucionais aponta para uma forma de agir da comunidade acadêmica engajada com o bem comum, que também se impõe como um saber instituído em outros escritos reguladores da ação institucional, os quais definem como um dos seus objetivos a cooperação

para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa. (Universidade Federal do Pará, 2006, p. 01)

Vincular discursivamente as ações de pesquisa, ensino e extensão aos interesses coletivos da comunidade regional, nacional e internacional faz crer na existência de um contexto homogêneo das múltiplas ações institucionais. Os primeiros traços de um debate de normas que revela a constituição discursiva do tempo e do espaço de trabalho em que se situam os sujeitos que tomam a palavra nesse contexto institucional em particular apontam, então, para o estabelecimento de uma cena harmoniosa, apropriada ao contexto de ação em que se efetiva a prática discursiva de divulgação e

valorização da função social da instituição, que se torna possível em razão de a referência a suas múltiplas ações se constituir de uma certa distância, lugar de onde não é possível destacar sua diversidade e suas contradições. Adota-se, portanto, uma perspectiva panorâmica para apresentar a instituição e suas ações acadêmicas. No entanto, as formas de enunciar sobre a produção acadêmica institucional na composição do editorial apontam indícios também de que a construção dessa cena harmoniosa não controla a irrupção dos conflitos que também definem a ordem institucional em que se inserem os sujeitos que produzem e a quem são destinados os textos do periódico. Assim, esse lugar panorâmico do qual se pretende apresentar a instituição é confrontado a uma tomada de posição frente à diversidade de outros lugares institucionais que também definem a instituição de ensino, pesquisa e extensão de forma distinta e que não necessariamente estabelecem entre si uma relação harmoniosa ou complementar.

No texto sob análise, afirma-se que a arrecadação de impostos garante verbas para pesquisa e para a qualificação de mão de obra, afirmação que revela um posicionamento do enunciador, nesse espaço discursivo de e sobre o trabalho, em relação ao processo de construção identitária implicado nos processos de formação que se realizam na instituição de ensino, pesquisa e extensão. Referenciar o profissional em formação como mão de obra qualificada implica reconhecê-lo na dimensão do saber fazer, como profissional autorizado a realizar técnicas requeridas em determinado campo da atuação profissional. Na perspectiva dessa percepção para a formação profissional, silencia-se sobre as dimensões política e ética necessárias à formação de um profissional que se apresenta como um sujeito apto a atuar no atendimento das “demandas sócio-político-culturais para uma sociedade economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa.” (Universidade Federal do Pará, 2006, p. 01).

A inter-relação entre as dimensões técnica, política e ética na formação do sujeito para o trabalho não são observadas na mesma medida por todos os profissionais de diferentes áreas do conhecimento que ocupam seu lugar na academia. Enunciar algumas delas enquanto outras são silenciadas implica garantir a representação de alguns sujeitos do trabalho acadêmico nas páginas da publicação, mas, ao mesmo tempo, a exclusão de outros que não se sentem representados

nessa vitrine institucional. É possível entrever, portanto, que, para além de uma tentativa de construção de uma cena de enunciação harmoniosa e distanciada, há um espaço de tensão latente e comprometido com uma tomada de posição que não se deixa apagar por completo.

Essas considerações iniciais reafirmam o postulado de que, na perspectiva da Análise do Discurso, tomar a palavra é situar-se em relação aos outros sujeitos, instituindo-se um lugar para si e para esses outros, onde os efeitos de sentido se (re)configuram permanentemente. Da mesma forma, entende-se que reagir à tomada da palavra pelo outro é colocar-se diante dele, assumindo o lugar que lhe foi atribuído ou rebelando-se contra ele. Observar esses lugares de enunciação nos contextos de trabalho é poder considerar também, em uma perspectiva ergológica, que esse (re)posicionamento é parte do debate de normas que caracteriza a atividade laboral cuja materialidade é a palavra, já que se reconhecem, no jogo de relações interdiscursivas, os movimentos de aproximação e também de distanciamento das normas instituídas para a realização do trabalho, ou seja, as renormalizações resultantes de um investimento singular do enunciador em condições de enunciabilidade possíveis. Considerando-se os dois excertos em destaque, observa-se que o esforço por construir uma imagem panorâmica da instituição de ensino, situando-se um lugar de observação mais distanciada, não anula por completo as marcas de uma tomada de posição frente aos conflitos que também definem essa instituição.

Outro ponto que revela o lugar mais comprometido do enunciador, na cena de enunciação que no editorial se constitui para apresentar a instituição de ensino e que se desdobra na apresentação de sua própria atividade de trabalho, é a forma como se considera a relação entre os sujeitos que compõem a comunidade discursiva, os quais vivem cotidianamente a instituição e conhecem seus bastidores e não somente sua vitrine. Essa relação mais (in)tensa se manifesta no enunciado que sinaliza que a equipe de trabalho está aberta ao diálogo com o público a quem se destina:

O Beira do Rio é produzido pela Assessoria de Comunicação Institucional, mas busca expressar as falas de toda a comunidade acadêmica composta por professores, técnico-administrativos,

alunos e comunidade externa que utiliza os serviços ofertados pela Universidade Federal do Pará. (Universidade Federal do Pará, Ano XXVII, n° 113, jun./jul. 2013, p. 3).

A relação de contrajunção que se estabelece na articulação entre os enunciados em destaque inscreve na ordem discursiva um distanciamento entre a Assessoria de Comunicação Institucional, equipe responsável pela produção e circulação do jornal, e a comunidade acadêmica a quem se dirige: professores, técnico-administrativos, alunos e sujeitos da comunidade externa à instituição. No entanto, esse espaço de trabalho é apresentado como o espaço para o qual podem convergir as falas dos demais atores institucionais com a garantia de que serão expressas nas edições do periódico. O modo como se constitui discursivamente esse espaço de convergência que a Assessoria de Comunicação Institucional diz ser pode se tornar objeto de investigação em uma perspectiva também ergológica, em busca de se reconhecer e compreender, no conjunto dos textos que compõe as edições do periódico, os traços que apontam para as relações entre as vozes que ecoam na publicação, o *ethos* que se constitui de cada um desses atores institucionais no conjunto das publicações, bem como o silenciamento das vozes que se podem perscrutar nas edições do jornal. Desse modo, será possível determinar se o trabalho de produção do periódico tem garantido a convergência de vozes que se compromete a fazer quando enuncia sobre seu trabalho no contexto específico de sua realização. Em ambas as perspectivas, trata-se de pensar a centralidade da linguagem, determinada pelo debate de normas que define a atividade de trabalho, na constituição das identidades e da alteridade, uma vez que o lugar do outro encontra-se, já de início, implicado, em razão da natureza intersubjetiva da materialidade da atividade de trabalho. O reconhecimento dessa complexidade permite a defesa do postulado aceito pela Análise do Discurso e pela Ergologia de que a ordem institucional é também um dos planos da semântica discursiva.

4. Considerações finais

A leitura atenta do periódico institucional revela uma teia de relações interdiscursivas que dão sustentação às possibilidades de sentido acionadas pela atividade de trabalho com as palavras. Por se

tratar de uma publicação produzida e posta a circular em uma instituição que conjuga atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionam-se os textos do periódico ao conjunto de textos publicados no formato de outros gêneros discursivos por meio dos quais se dão a conhecer os resultados das pesquisas científicas, como os periódicos em que se publicam os resultados das pesquisas acadêmicas segundo critérios de validade dos dados e dos métodos que dão a eles tratamento analítico; por se tratar de um jornal, relacionam-se os textos ao conjunto de textos jornalísticos publicados em outros veículos midiáticos e produzidos em agências que têm mais autonomia em relação aos gestores das instituições sobre as quais publicam; por se tratar de uma publicação que cumpre a função de vitrine de uma instituição, relacionam-se os textos ao conjunto de textos do campo publicitário que cumprem a função de vender cenários harmoniosos nos quais se neutralizam os conflitos cotidianos. Essas relações interdiscursivas contribuem para garantir a legitimidade da publicação como política institucional de divulgação de suas ações e seus resultados e/ou para levantar questionamentos sobre a relevância quanto ao modo como cumpre sua função institucional.

A análise do exercício enunciativo mobilizado na realização do trabalho conduz à compreensão do processo de constituição dos sentidos atribuídos em contextos laborais e do processo de renormalizações, que se configura no confronto entre posicionamentos pressupostos pelas normas antecedentes e posicionamentos implicados pelos investimentos situados nos contextos singulares de (enunci)ação. O trabalho de produzir e fazer circular o jornal institucional nos espaços internos e externos à universidade institui identidades assumidas e atribuídas aos outros, institui espaços e tempos da atuação institucional, processos que se realizam pela tomada da palavra sem desconectar-se de várias outras práticas a que esses sujeitos aderem na mesma instituição. É assim que se defende a tese de que se pode ouvir como os docentes e discentes que atuam na Assessoria de Comunicação Institucional negociam a atuação concreta de suas posições de porta-vozes de uma instituição que projeta um futuro sempre ascendente com a atuação concreta de suas posições de sujeitos que não ignoram os conflitos internos e externos que criam obstáculos reais para a concretização desse horizonte.

Afasta-se, desse modo, a percepção de que produzir publicações midiáticas institucionais é tarefa unicamente técnica de selecionar temas para as publicações, selecionar, no repertório verbal que se constrói com a experiência do trabalho no campo do jornalismo, formas adequadas de apresentar os temas, selecionar imagens que deverão compor com os textos verbais a informação que se quer veicular. Trata-se de um posicionamento político. Garantir a possibilidade de que o trabalhador se enxergue como sujeito ativo do trabalho, reconheça a complexidade do que faz, compreenda os saberes que mobiliza em sua ação, identifique a porção de si que precisa negligenciar para que o trabalho se realize são questões que interessam à Ergologia e à Análise do Discurso porque interessam à permanente reconstrução do homem e dos sentidos.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. (2003) Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAÏTA, Daniel. (2010) A linguagem como atividade – conversa entre Christine Noël, Daniel Faïta e Louis Durrive. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Maria da Glória di Fanti e Maristela França. 2 ed. Niterói, RJ: Editora da UFF, p. 165-186.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1997) *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2005) Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, p. 69-92.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2008) *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial.
- SCHWARTZ, Yves. (2010) Trabalho e ergologia – conversa entre Yves Schwartz, Louis Durrive e Marcelle Duc. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a*

atividade humana. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. 2 ed. Niterói, RJ: Editora da UFF, p. 25-46.

TRINQUET, Pierre. (2012) Qu'est-ce que le travail? *Revista Moara*, Belém, v. 38, n. 1, p. 5 – 20, jul./dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2013) *Jornal Beira do Rio*. Ano XXVII. Edição 113, jun./jul., 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2013) *Jornal Beira do Rio*. Ano XXVIII. Edição 115, out./nov., 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2006) *Estatuto da Universidade Federal do Pará*. Disponível em: www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/estatuto/estatuto.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2006) *Regimento Geral da Universidade Federal do Pará*. Disponível em: www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/regimentos/regimento_geral.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2013.